

Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Cultura



Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CIDADANIA E CULTURA MARCELÂNDIA –MATO GROSSO DEZEMBRO 2016/2017



Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Cultura

PLANO DE TRABALHO: ACESSUAS TRABALHO DEZ 2016/DEZ 2017

Marley Pereira de Andrade
Secretária Municipal de Assistência Social, Cidadania e Cultura

Silas de Oliveira Rezende
Presidente do CMAS

Ana Paula Pereira de Andrade Coordenadora do ACESSUAS TRABALHO



Secretaria Municipal de Assistência Social,

Cidadania e Cultura

Acessuas Trabalho

1. IDENTIFICAÇÃO

Município: Marcelândia/MT

Nível de Gestão: Básica

Porte Populacional: Pequeno porte I

Período de Execução: 2016 até 2020

1.1 - PREFEITURA MUNICIPAL

Nome do Prefeito(a): Arnóbio Vieira de Andrade

Documento de Identidade (RG): CPF:174.151.101-10

Mandato do(a) Prefeito(a): Início01/01/2013 Término 31/12/2016

Endereço da Prefeitura: Rua Guaíra,777

Telefone: (66) 3536-3100 Fax: (66)3536-3100

Bairro:Centro CEP: 78535-000

E-mail:

Site: www.marcelandia.mt.gov.br

1.2 - ÓRGÃO GESTOR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nome do Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Assistência Social,

Cidadania e Cultura

Responsável: Marley Pereira de Andrade

Ato de Nomeação do(a) Gestor(a):Portaria 09/2013



Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Cultura

Data da nomeação: 02/01/2013

Endereço: Rua João Biondaro,863 sala 03

Bairro:CentroCEP: 78535-000

Telefone: (66) 3536-2149 Fax: (66) 3536-2149

E-mail: acaosocial@marcelandia.mt.gov.br

Site: www.marcelandia.mt.gov.br

1.3- CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nº da Lei de Criação: 180 Data da Criação: 13/02/1996

Nome do (a) Presidente (a): Silas de Oliveira Rezende

Nome do (a) Vice Presidente (a): Ana Paula Pereira de Andrade

Nome do Secretário (a) Executivo (a):Magda Angélica Daré Rissi

Nº total de membros: 10

Endereço do CMAS: Rua João Biondaro, 839 sala 03

Bairro:CentroCEP:78535-000

Telefone: (66) 3536-2149 Fax: (66) 3536-2149

E-mail: andrade.anaandrade@hotmail.com

Site: www.marcelandia.mt.gov.br

1.4- COORDENADORA DO ACESSUAS TRABALHO

Ana Paula Pereira de Andrade



Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Cultura

O Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho) tem como objetivo promover o acesso dos usuários da Assistência Social ao mundo do trabalho.

A iniciativa, realizada em parceria com as secretarias de assistência social dos municípios e DF, se consolida em ações de articulação de políticas públicas, de mobilização, sensibilização e encaminhamento de pessoas em situação de vulnerabilidade e/ou risco social para oportunidades de inclusão produtiva existentes em seus municípios, com acompanhamento e apoio das equipes do programa e dos serviços da assistência social.

As oportunidades de inclusão produtiva compreendem: a formação inicial, a qualificação técnico-profissional, a intermediação pública de mão-de-obra, o apoio ao microempreendedor individual e à economia solidária, o acesso a direitos sociais, entre outras.

MARCOS NORMATIVOS

RESOLUÇÃO CNAS Nº 33/2011: Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho no campo da assistência social.

RESOLUÇÃO CIT Nº 13/2012: Define critérios de partilha do Cofinanciamento Federal em 2012. 2011 2012 2013

RESOLUÇÃO CNAS Nº 18/2012: Institui o Programa ACESSUAS RESOLUÇÃO CIT nº 5/2012: Pactua metas e critérios de partilha do cofinancimento federal.



Secretaria Municipal de Assistência Social,

Cidadania e Cultura

Portaria MDS nº 143/2012: Regulamenta a transferência de recursos RESOLUÇÃO CIT Nº 2/2013: Pactua metas e critérios de partilha para o Confinanciamento Federal: -Alterou a meta de mobilização -Alterou a faixa de partilha.

RESOLUÇÃO CNAS Nº 5/2013: Define metas e critérios de partilha para o confinanciamento federal.

RESOLUÇÃO CIT Nº 2, DE 06.07.2016 - DOU DE 28.07.2016

Alterar o art. 3º da Resolução nº 6, de 15 de maio de 2014, da Comissão Intergestores Tripartite - CIT, que pactua metas e os critérios de partilha para o cofinanciamento federal do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho para o exercício de 2014.

A Comissão Intergestores Tripartite - CIT, de acordo com as competências estabelecidas em seu Regimento Interno e na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS, disposta na Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS; e

Considerando a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, aprovada pela Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, do CNAS, que dispõe sobre as diretrizes e princípios para a implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS;

Considerando a Resolução nº 33, de 28 de novembro de 2011, do CNAS, que define a Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho no campo da Assistência Social e estabelece seus requisitos;



Secretaria Municipal de Assistência Social,

Cidadania e Cultura

Considerando a Resolução nº 18, de 24 de maio de 2012, do CNAS, que institui o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - Acessuas Trabalho;

Considerando a Resolução nº 5, de 12 de abril de 2012 da CIT, que institui a Câmara Técnica de Avaliação do Programa Acessuas Trabalho;

Considerando a necessidade de reorganizar o programa Acessuas Trabalho visando ampliar as ações intersetoriais para garantir a inserção da população no mundo do trabalho,

Resolve:

Art. 1º O § 5º do art. 3º da Resolução nº 6, de 15 de maio de 2014 , da Comissão Intergestores Tripartite - CIT, passa a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 3°

. . . .

§ 5º Para efeito de monitoramento do alcance de metas serão considerados os registros no Sistema Nacional de Informações de Educação Profissional e Tecnológica - SISTEC e no sistema informatizado a ser disponibilizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA;" (NR)

Art. 2º O art. 3º da Resolução nº 6, de 15 de maio de 2014 , Comissão Intergestores Tripartite - CIT, passa a vigorar acrescido do § 6º com a seguinte redação:

" Art. 3°

.



Secretaria Municipal de Assistência Social,

Cidadania e Cultura

- § 6º A meta pactuada referente ao Componente Variável I poderá ser complementada a partir do número de pessoas encaminhadas e com participação efetivada em ações não vinculadas ao Pronatec, a saber:
- I oficinas temáticas sobre o mundo do trabalho;
- II eventos locais, realizados pelo Município ou em parcerias com outras Políticas Públicas ou organizações, que visem disseminar informações acerca do mundo do trabalho ". (NR)
- Art. 3º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social

PÚBLICO - ALVO

Populações urbanas e rurais em situação de vulnerabilidade ou risco social, com idade a partir de 16 anos:

- Inscritos no CADÚNICO, beneficiários do PBF, BPC e situação de extrema pobreza;
- Jovens egressos do PROJOVEM e SCFV;
- Adolescentes e jovens egressos de medidas socioeducativas; Famílias com presença de situação de trabalho infantil;
- População em situação de rua;
- Famílias com crianças em situação de acolhimento provisório;
- Adolescentes e jovens egressos de serviços de acolhimento;
- Indivíduos e famílias que vivem em territórios de risco, decorrente do tráfico de drogas;



Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Cultura

- Egressos do Sistema Penal;
- Beneficiários do Programa Bolsa Família;
- Pessoas retiradas do trabalho escravo;
- Mulheres vítimas de violência;
- entre outros, para atender especificidades territoriais.

ARTICULAÇÃO

Integração com outras políticas sociais, como trabalho, educação e saúde.

- Superação das vulnerabilidades sociais e melhoria da qualidade de vida
- É preciso que a equipe conheça programas, serviços e ações de outras políticas sociais, visando potencializar os esforços.

Construção de estratégias e integração de serviços e ações das políticas envolvidas. Exige o envolvimento do gestor de assistência social e demais secretarias deve estar presente:

- No mapeamento de oportunidades;
- Na identificação e priorização da população em situação de vulnerabilidade e risco social;
- Na promoção de acessos;
- Nas ações que auxiliem na permanência e conclusão, pelos usuários da assistência social, dos cursos e/ou inserção e permanência no mundo do trabalho.

ARTICULAÇÃO ACESSUAS TRABALHO



Secretaria Municipal de Assistência Social,

Cidadania e Cultura

A mobilização dos usuários para participação nos cursos compreende a sensibilização e orientação às famílias sobre as oportunidades de participação em cursos de qualificação profissional e ações de inclusão produtiva.

MOBILIZAÇÃO

Atividades de mobilização:

- Identificar o público prioritário do Programa por meio de consultas ao CadÚnico e das áreas indicadas como mais vulneráveis no Plano Municipal de Assistência Social;
- Participar da elaboração da campanha de mobilização e de divulgação do Programa;
- Orientar o público prioritário por meio de, palestras, oficinas, reuniões com a comunidade, com associações de moradores, etc;
- Divulgar à população a lista das unidades ofertantes e a relação dos cursos oferecidos;
- Realizar abordagem voltada à pessoa com deficiência, com vistas a informar sobre aspectos inerentes ao mundo do trabalho, com visita domiciliar inclusive.

MOBILIZAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O trabalho é um direito universal e a inclusão social da Pessoa com Deficiência é, portanto, um objetivo da Assistência Social.



Secretaria Municipal de Assistência Social,

Cidadania e Cultura

Nas ações de mobilização o ACESSUAS deve priorizar ações estratégicas para este público tais como: visita domiciliar, diagnóstico social, avaliação do interesse e das demandas dos beneficiários e suas famílias Os profissionais devem:

- Ter uma abordagem qualificada e personalizada;
- Adquirir um vínculo de confiança com os membros da famílias;
- Conhecer, absorver e interagir com os novos conceitos de inclusão e seus paradigmas, sem atribuir juízos de valor como apto ou não apto ao trabalho, por exemplo.
- Olhar para as potencialidades e habilidades, não para limites.

ENCAMINHAMENTOS

- Identificar famílias com perfil para acesso à renda, com registro específico daquelas em situação de extrema pobreza e incluir no CADÚNICO e no ACESSUAS TRABALHO;
- Encaminhar as famílias e beneficiários do Programa para os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais e de transferência de renda, quando necessário;
- Identificar os cursos e as oportunidades adequados disponíveis no território;
- Informar os usuários quanto aos cursos disponíveis;
- Encaminhar os usuários para acesso aos cursos de formação e qualificação profissional, bem como aos programas e projetos de



Secretaria Municipal de Assistência Social,

Cidadania e Cultura

inclusão produtiva e serviços de intermediação de mão-de-obra (SINE) / Secretaria Municipal de Trabalho

 Apoio socioassistencial, quando necessário, aos usuários participantes dos cursos ofertados, e suas famílias.

A meta pactuada referente ao Componente Variável I poderá ser complementada a partir do número de pessoas encaminhadas e com participação efetivada em ações não vinculadas ao Pronatec, a saber:

I - oficinas temáticas sobre o mundo do trabalho;

II - eventos locais, realizados pelo Município ou em parcerias com outras Políticas Públicas ou organizações, que visem disseminar informações acerca do mundo do trabalho ".

EQUIPE DE REFERÊNCIA

- Coordenador
- Técnico de nível superior
- Dois técnicos de nível médio.

Coordenador:

Coordenar as ações do Programa;

- Planejar as atividades desenvolvidas;
- Acompanhar os resultados das Metas Pactuadas pelo Município;
- Registrar as informações no Sistema de Monitoramento do ACESSUAS TRABALHO.

Profissionais de nível superior:



Secretaria Municipal de Assistência Social,

Cidadania e Cultura

Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, Antropologia, Administração, Economia Doméstica, Sociologia ou Terapia Ocupacional, conforme Resolução CNAS que ratifica os profissionais do SUAS (Resolução nº 17, de 20 de junho de 2011)

Atribuições dos Gestores das três esferas:

União/MDS: - Coordenar nacionalmente o Programa - Coofinanciar as ações do Programa - Produzir e divulgar orientações técnicas; - Apoio técnico, acompanhamento e monitoramento do Programa no Distrito Federal.

Estados: -Apoio técnico ao município, principalmente em relação à articulação com diversos setores e políticas; -Acompanhamento e monitoramento da execução do Programa nos municípios;

Municipal e DF: - Executar as ações do Programa; - Acompanhar e monitorar o alcance das metas estabelecidas para o Programa; - Manter sistemas (RMM e SISTEC) de acompanhamento do programa atualizado.

COM O QUE PODEMOS GASTAR?

• Custeio da estruturação e da execução do serviço: mobilização, encaminhamento e acompanhamento.

O que não custeia:

- Aquisição de material permanente
- Pagamento de servidor público
- Despesas relacionadas aos cursos

Exemplos de gastos admitidos:



Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Cultura

- aquisição de materiais para as atividades de divulgação, mobilização, encaminhamento e acompanhamento dos usuários;
- contratação temporária de equipe técnica;
- contratação de serviços de terceiros, como, por exemplo, motorista e/ou vigilante;
- aluguel de sala(s) e veículo;
- aluguel de carro de som para divulgação dos cursos e mobilização do público ;
- aquisição de cartazes, folders, panfletos, cartilhas, para divulgação dos cursos e mobilização do público;
- pagamento de mídias para divulgação dos cursos e mobilização do público;
- aluguel de equipamentos, como por exemplo: computador, impressora, ar condicionado;
- locação de material permanente;
- aluguel de espaço para reuniões, palestra de sensibilização e mobilização e estruturação das atividades de encaminhamento;
- deslocamentos da equipe de referência e de usuários (e acompanhantes, no caso das pessoas com deficiência): para participação nas atividades do

E SE NÃO GASTAR?

O RECURSO NÃO UTILIZADO EM UM EXERCÍCIO PODE SER REPROGRAMADO PARA EXECUCÃO EM OUTRO EXERCÍCIO.



Secretaria Municipal de Assistência Social,

Cidadania e Cultura

Neste caso, a reprogramação deve ser submetida ao Conselho para apreciação e aprovação.

AVALIAÇÃO ANUAL:

- Para continuação do programa nos anos seguintes será verificado o alcance de 10% da meta de mobilização pactuada pelo gestor no ano anterior.
 - A prestação de contas se dará conforme as normativas vigentes do Fundo Nacional de Assistência Social, ou seja, será apresentada por meio do preenchimento do Demonstrativo Sintético Anual de Execução FísicoFinanceiro do SUAS, que verifica o cumprimento das metas físicas e financeiras do Plano de Ação dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios (Portaria 625/2010).
 - É importante que municípios informem, no demonstrativo, a alocação de recursos próprios na execução do Programa e que o demonstrativo seja submetido à aprovação pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

LEGISLAÇÃO:

■ Lei 12.435/2011 — Art. 30 A; Lei de Criação do Fundo; Decreto de regulamentação do Fundo; Art. 73 da Lei 4.320/64; NOB/SUAS — Resolução CNAS 130, de 15/07/2005 e Portarias MDS 440 e 442 (que tratam de despesas específicas da proteção social básica); as regras para utilização do Demonstrativo estabelecidas na Portaria 625/2010, além da Resolução 109, de 11/11/2009, entre outras normativas.



Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Cultura

CRONOGRAMA DAS AÇÃOES PARA 2017

MÊS	AÇÃO	PÚBLICO	LOCAL
D 1	D 1	ALVO	A
Dezembro	Palestra sobre	Prestadores de	Anfiteatro
	criação do MEI e	serviços	
	sua manutenção	especialmente da	
		prefeitura	
Janeiro	Palestras como	Artesãos	Anfiteatro
	formalizar as		
	atividades dos		
	Artesãos		
Fevereiro	Palestra O papel	_	Anfiteatro
	do Técnico em		
	Edificações no	médio	
	mercado de		
	trabalho.		
	Palestra O papel		
	do Técnico em		
	Agronomia no		
	mercado de		
	trabalho.		
Marco	Palestra a	Formandos do	Anfiteatro
	inclusão do	curso técnico de	
	técnico de	trabalho.	
	enfermagem no		



Secretaria Municipal de Assistência Social,

Cidadania e Cultura

	1		
	mercado de		
	trabalho.		
Abril	Como abrir uma	Pessoas que	Anfiteatro
	pequena	pretendem abrir	
	empresa.	um pequeno	
		comércio.	
Maio	O papel da	secretárias	Anfiteatro
	secretária,		
	padrões éticos,		
	físicos, morais		
	funções		
Junho		Profissionais da	Anfiteatro
	regularizar) um	área da beleza	
	salão de beleza	area da sereza	
Julho	Como	Profissionais da	Anfiteatro
Junio	institucionalizar	área da culinária	7 mmteatio
	(regularizar)	(salgadeiro,	
	suas atividades	confeiteiro)	
Agosto	Suas attvidudes	contenents	
rigosto			
Setembro			
Setembro			
0 1 1			
Outubro			
N Y 1			
Novembro			



Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Cultura

Dezembro		